

Giurgevich, Lia – H. Leitão, *Clavis Bibliothecarum. Catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*, Secretariado Nacional para os bens culturais da Igreja, Lisboa 2016; 863 pp.; pp. ISBN: 978-2-503-55307-8.

Noël Golvers escreve Prefácio referindo-se a Portugal: «Os países europeus onde a “desconstrução” ou “destruição” do património livreiro eclesiástico foi tão sistemático e tão amplo são muito poucos: os cerca de 75 anos entre a acção de Pombal contra as instituições educativas dos jesuítas e os seus instrumentos – entre eles especialmente as bibliotecas – e a secularização de 1834, deram completamente a volta ao panorama das bibliotecas, ao remover, dismantelar, redistribuir, se não mesmo destruir fisicamente, coleções com dois e três séculos de idade, que haviam sido acumuladas nos seus locais originais sem serem incomodadas durante esse tempo. Não é necessário fazer qualquer outro comentário para compreender que este movimento iconocástico – centrado em livros individuais e especialmente nas coleções eclesiásticas – provocou uma ruptura dramática no panorama cultural e educativo no Portugal do iluminismo, que se viu assim em grande medida amputado dos seus tesouros bibliográficos eclesiásticos, com a exceção daqueles livros que foram reciclados para as novas bibliotecas públicas» (pp. XI-XII). A longa citação do investigador da Universidade Católica de Leuven e especialista das missões jesuítas na China nos séculos XVI-XVII, retoma informações e conclusões dos autores na Introdução e enquadra bem a razão de ser deste guia monumental. Perante a dispersão bibliográfica ocorrida num período curto e não muito distante e sobre o qual há muita informação mas pouco acessível, tenta-se recuperar o conhecimento do acervo de bibliotecas que na sua maioria foram então extintas e só uma pequena parte subsiste integrada em bibliotecas públicas. Embora o prefaciador mencione explicitamente «coleções com dois e três séculos de idade» no momento da sua extinção, pelo que as mais antigas dessas teriam começado a ser reunidas por volta de 1500, a história das bibliotecas eclesiásticas em Portugal antecede ou são coetâneas da fundação do reino, sendo bem conhecido que os dois mosteiros mais diretamente ligados à afirmação do novo poder real, Santa Cruz de Coimbra dos cónegos regrantes de Santo Agostinho (ver pp. 74-78, 506-513) e Santa Maria de Alcobaça dos cistercienses (pp. 32-40, 424-464), estão justamente entre os mosteiros que reuniram maiores bibliotecas (para uma comparação quantitativa, ver p. XXI) e onde foram recolhidas as maiores coleções de códices medievais, hoje depositadas respetivamente na Biblioteca Pública Municipal do Porto e na Biblioteca Nacional de Portugal

em Lisboa. E dessa antiguidade dá conta a *Clavis* ao reunir toda informação sobre catálogos (entendidos num sentido muito amplo) e bibliotecas de casas religiosas entre o século X e 1834 e não apenas do período mais curto mencionado na citação do prefaciador.

Embora o subtítulo indique a data de 1834 como *terminus ad quem*, as bibliotecas não são importantes apenas no momento da sua extinção ou pelo acervo que chega até nós, sendo que algumas delas nessa fase já nem teriam o brilho e a dimensão de outrora (como, em boa parte e apesar da sua considerável dimensão, parece até ser o caso para as dos dois mosteiros mencionados). As bibliotecas são um instrumento e veículo de saber com importância em todos os momentos da sua existência. Além disso, não é possível ignorar que as bibliotecas não eram apenas locais de recepção e depósito de livros, eram locais vivos e sujeitos a todas as contingências, propícias ou desafortunadas, das instituições. Algumas nem chegaram a 1834. E ao longo do tempo muitas delas foram delapidadas ou tratadas com incúria pelas próprias instituições que as fundaram, sendo conhecidos casos diversos de abandono, ou de empréstimos não devolvidos que seguramente também contribuíram para diminuir e dispersar os acervos librários. Mas, esse assunto (aliás mencionado no estudo introdutório) não é o que mais importa para avaliarmos a importância desta obra monumental.

A longa citação do início desta recensão centra-se no momento mais agitado e incerto que medeia entre a expulsão dos jesuítas e arresto dos seus bens (incluindo-se aí as bibliotecas) em 1759, e a revolução liberal que em 1834 dará o mesmo destino a todas as ordens religiosas e às suas bibliotecas, em boa parte encaminhadas para depósitos e bibliotecas públicas, ou mesmo deixadas em completo abandono. Ora é justamente desse período em que a existência das instituições religiosas monásticas foram colocadas sob pressão e mesmo suprimidas que resulta a maior parte da documentação aqui reunida. A situação é tão paradoxal que para uma boa parte das bibliotecas a única informação de que dispomos quanto à sua existência e livros, são justamente os inventários de extinção. É notável e também uma consequência da (pouca?) importância que em algumas instituições era dada aos livros, que para um elevado número de casas religiosas não exista ou não seja conhecido qualquer registo documentado ou listagem de livros anterior ao inventário de extinção, apesar de muitos desses mosteiros existirem desde antes da imprensa e, por obrigação de regra e de ofício, terem necessariamente livros para as suas diferentes atividades de leitura diária, fossem eles manuscritos ou impressos. Apesar da sua enorme utilidade, à falta dos próprios livros e de

verdadeiros catálogos, estes inventários de extinção são muito limitados quanto à descrição de livros. Os autores na introdução descrevem as condições da sua realização e chamam a atenção para o facto de não serem elaborados por bibliotecários nem terem por finalidade catalogar livros, mas apenas arrolá-los como bens móveis, dando uma descrição sumária dos autores ou títulos (frequentemente com erros, de compreensão ou de leitura) e depois de listagens mais ou menos extensas rematam, como que por cansaço ou fastio da repetitividade, quantificando quantos livros mais existiam, sem qualquer outra indicação para além de um número mais ou menos arredondado.

A leitura da Introdução («*Claustrum sine armarium quase castrum sine armamentario*: As bibliotecas eclesiásticas em Portugal», pp. XV-XLVIII) é indispensável não só para compreender a natureza da obra e do material coligido, mas também porque oferece um documentado ensaio sobre o destino dos livros em Portugal, centrado nas convulsões dos séculos XVIII-XIX (vejam-se os §§ 4 e 6), mas também da heterogeneidade das fontes (§ 4) para o conhecimento das bibliotecas e das particularidades do seu aprovisionamento ou movimento e registo de leituras (§ 5). Os dados coligidos pelos autores deste contacto detalhado com tanta informação, permitiu-les uma proposta de quantificação (ver § 2). Tendo em conta as cerca de 400 bibliotecas para as quais reuniram documentação (outros teriam apontado a existência de 577 bibliotecas), propõem uma estimativa da dimensão do espólio das bibliotecas, onde haveria a assinalar c. de 10 com mais de 20.000 volumes, c. de 30 tendo entre 5.000 e 20.000 volumes, c. de 50 entre 2.000 e 5.000 volumes, c. de 300 com menos de 2.000 volumes, devendo admitir-se que estes números são amplamente conjecturais e provisórios.

Estes números estão longe de poder dar uma panorama do livro em Portugal por volta de 1834, uma vez que há todas as outras bibliotecas de profissionais ou nobres letrados, explicitamente excluídos deste projeto apenas dedicado a instituições eclesiásticas. E mesmo de estas apenas estão abrangidas as das ordens religiosas, não sendo abrangidas eventuais bibliotecas de prelados individuais não integradas em mosteiros, de casas do clero secular, de seminários, ou as bibliotecas episcopais. Mas, seria exigir em excesso a uma obra que na sua arquitetura e para o conjunto das bibliotecas tratadas é assaz ampla e completa.

Na secção «Como usar este livro» (pp. XLIX-LIV) explica-se a organização da *Clavis*, cada uma das partes do reportório e a ficha modelo para cada biblioteca e seus catálogos, inventários ou listas de livros.

A *Clavis* é propriamente constituído por 2 reportórios e uma série de índices que facilitam o acesso ao seu conteúdo. Na primeira parte elencam-se «Catálogos,

inventários e outras listas de livros» (pp. 1-377) organizados por ordens religiosas e dentro destas por casa, elencando-se para cada uma destas todas as listas de livros conhecidas e elaboradas até 1834, incluindo-se, portanto, também listas medievais assinaladas em testamentos, notas de empréstimo ou outra documentação, para além, claro, de catálogos manuscritos ou impressos conhecidos, e dos inventários de extinção dos mosteiros. É uma notável coleção de informação sobre 901 documentos, sobre os quais são dados todos os elementos para se identificar o seu conteúdo e localização. Num tão vasto elenco é inevitável que aqui ou ali se encontrem lacunas, lapsos de identificação, atribuição de documentos com troca de nomes ou toponímicos, mas isso é o menos, é a pequena tarefa dos leitores e de futuros estudos melhorarem esses aspetos verdadeiramente menores perante a vastidão de informação coligida. Os estudos futuros beneficiam enormemente deste instrumento, que é um verdadeiro estímulo para o prosseguimento de investigação sobre os livros medievais e modernos em Portugal, a partir de agora em novas e mais documentadas bases. A segunda parte é ainda um pouco mais extensa e nela publicam-se «Documentos (Documentos sobre o funcionamento das bibliotecas das congregações religiosas)», com a mesma organização interna por ordem religiosa e, dentro dela, por casa para os documentos de ou relativos a cada uma delas (pp. 379-783). Neste caso *publicar* é mesmo o termo pois são editados, em boa parte dos casos pela primeira vez, 348 excertos ou documentos de dimensão muito variável sobre a constituição e funcionamento de bibliotecas, regulamentos, nomeações de bibliotecários, catalogação e cuidado dos livros, etc. Se a primeira parte é uma mina para o conhecimento das existências de manuscritos e de livros, a segunda parte é um vale de leituras a explorar sobre as bibliotecas e a cultura do livro e da leitura em Portugal.

Um simples exemplo sobre o que a *Clavis* poderá ajudar a documentar, não só sobre livros, poderá ser dado pela imagem que foi escolhida como separador entre as diferentes secções do livro e que encontramos várias vezes ao longo da obra: o «Iconismus Magni Bibliophilacii», identificada pelo título da obra onde se encontra: *Aurea clavis reserans bibliophilacium hoc magnarum Alcobatiae*, de 1701. É uma das raras imagens portuguesas com representações de bibliotecas modernas e basta-nos consultar a *Clavis catalogorum* na secção dos cistercienses, dentro desta no mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e dentro deste na ordem cronológica de catálogos encontramos o de 1701, com o nº 98, onde temos toda a informação sobre a obra, a própria gravura e o autor (do manuscrito Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, cod. 7412, p. 13). E já na parte dos documentos no nº 43 podemos ler o próprio «Praefatio ad lectorem» da *Clavis Aurea*. O mesmo

procedimento leva-nos facilmente a qualquer biblioteca sobre a qual procuremos informação. Ou, se se quiser estudar um mosteiro aí encontramos as referências de toda a informação conhecida.

O volume inclui o conjunto de recursos técnicos que complementam a documentação e auxiliam a leitura. A «Bibliografia» (pp. 785-829) de estudos e fontes é um outro precioso auxiliar para o estudo do livro medieval e moderno, reunindo algo mais que o simples apoio à *Clavis*, com virtualmente tudo o que de substancial se publicou para o estudo do livro em Portugal. Para além da organização sistemática do reportório, já de si orientadora e facilitadora da localização do que se procura, um conjunto de índices são um precioso auxiliar de consulta: o Índice onomástico geral (pp. 833-854) e o Índice de antigos possuidores (livrarias particulares)» (pp. 857-863). O Índice geral, que combina e emparelha as duas partes da obra, e dá a sinopse das instituições religiosas e suas casas com biblioteca encontra-se nas pp. LV-LXX.

Um completo instrumento de consulta ainda com mais potencialidades de busca foi lançado pelos autores e editores em colaboração com a Biblioteca Nacional de Portugal no momento da publicação da obra: um sítio em linha para colocação progressiva da totalidade da *Clavis*, com atualizações e correções, bem como a ligação para versões digitais dos documentos elencados, quando já existam em acesso aberto. Esta *Clavis* em forma de base de dados, mas sem a introdução, bibliografia e índices, pode ser consultada no endereço: <http://clavisbibliothecarum.bn.pt/>.

A realização desta obra beneficiou de uma bolsa FCT de pós doutoramento de Luana Giurgevich, tendo sido desenvolvida a partir de um projeto sobre o livro científico no Centro Interuniversitário de História da Ciência e da Tecnologia (CIUHCT) da Universidade de Lisboa. Luana Giurgevich e Henrique Leitão, um dos mais notáveis investigadores portugueses em história das ciências, publicaram uma obra de referência e indispensável para qualquer investigação sobre história do livro em Portugal, ou sobre todos e cada um dos catálogos e documentos aqui descritos ou publicados. Cada estudioso que no futuro recorra a esta *Clavis* saberá de imediato o quão meritória e rica ela é e também agradecerá aos seus autores que a tenham realizado e publicado, abrindo um novo caminho às muitas investigações que ainda é preciso realizar para um melhor conhecimento do espólio codicológico e impresso em Portugal da Idade Média à Idade Moderna.

José Meirinhos
(Instituto de Filosofia - Faculdade de Letras da U.P.)